

UM ESTUDO ACERCA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA BRASILEIRA

Carlos Eduardo de Oliveira
(UFU)

Ilza Maria de Menezes Silva
(UFU)

Eunice Rezende
(UFU)

Fernanda Roberta Cham de Oliveira
(ITE)

Resumo

As empresas atualmente passaram a se preocupar mais com as questões ambientais, que de maneira direta ou indireta influencia no ambiente organizacional. A Responsabilidade Social que envolve conhecer as preferências e prioridades sociais em busca de atender as expectativas de uma organização e da sociedade, tem na contabilidade ambiental um componente importante no processo de tomada de decisão, que tem por finalidade a identificação, mensuração e explicação dos eventos e transações econômico-sociais relacionadas a produção, preservação e recuperação ambiental, sempre buscando evidenciar a verdadeiro patrimônio da empresa. O presente estudo teve como objetivo verificar a responsabilidade social visto as exigências governamentais em relação à preservação do meio ambiente nas atividades do setor Sucroalcooleiro. Como resultados desta pesquisa, pode-se identificar que a gestão ambiental possibilita o acompanhamento dos custos ambientais, visando esclarecer essas informações tanto para os usuários externos e internos, assim como para atender as exigências legais do setor em análise; a responsabilidade social e a contabilidade ambiental tornam-se cada vez mais importantes para uma empresa, onde as questões ambientais devem ser tratadas com muita cautela nas organizações de modo que se tenha uma evidenciação mais correta dos custos incorridos nas atividades ambientais, separando os da atividade operacional da empresa.

Palavras-chaves: Responsabilidade Social; Agroindústria; Meio Ambiente; Contabilidade Ambiental.

1 Introdução

As questões ambientais atualmente geram grande preocupação em todo o mundo. Mudanças em todos os setores da sociedade política e econômica estão cotidianamente sendo feitas para que se consiga diminuir os danos causados ao meio ambiente. A preocupação com o ambiente em que vive o ser humano não é um assunto recente. Na década de 1960, na Inglaterra já havia legislação que regulamentavam os padrões ambientais, porém, só atualmente que este assunto está ganhando força, conseqüência da crescente degradação ambiental.

Diante de um cenário onde as empresas devem se preocupar, não somente em atender suas obrigações fiscais, mas também as questões ambientais destacam-se as empresas socialmente responsáveis, as quais procuram contribuir para a melhora do ambiente social em que está inserida, bem como a do ambiente natural. Neste contexto de preservação e preocupação socioambiental, De Luca (1998) conceitua a contabilidade, numa visão social, a qual está vinculada à responsabilidade social da empresa, com o objetivo de fornecer informações para permitir a seus usuários uma avaliação dos efeitos das atividades da empresa sobre a sociedade onde ela está inserida.

A contabilidade possui um papel muito importante na recuperação do meio ambiente, que podem ser observados em três formas, como já apresentado por Ribeiro (2006) por meio da determinação dos custos, principalmente os sociais, como por meio de serviços de gerencia e de informações.

Atualmente o Setor Sucroalcooleiro está em grande expansão, principalmente pelas pesquisas em combustíveis menos poluentes. Com o intuito de conhecer melhor esse setor e as praticas de responsabilidade social exercidas por ele, esse estudo tem como objetivo verificar a responsabilidade social visto as exigências governamentais em relação à preservação do meio ambiente nas atividades do setor Sucroalcooleiro.

O estudo de natureza qualitativa está estruturado da seguinte forma: a primeira parte refere-se a introdução, a segunda compreende a metodologia utilizada; posteriormente o referencial teórico, composto de uma breve explanação sobre Responsabilidade Social e seus

principais questionamentos, e a conceituação referente ao Setor Sucroalcooleiro, e finalmente, na quinta parte são apresentadas as conclusões do estudo.

2 Metodologia

Para que fosse possível atingir os objetivos propostos nesse estudo de modo a responder o questionamento aqui levantado sobre as exigências governamentais em relação a preservação do meio ambiente nas atividades do setor Sucroalcooleiro, bem como analisar as praticas de responsabilidade social dessas empresas utilizou-se de pesquisa bibliografia seguida por pesquisa documental.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada para coleta de informações teóricas sobre o tema abordado e, por conseguinte a pesquisa documental foi utilizada para que se conseguissem informações mensuráveis sobre as praticas de responsabilidade social das indústrias ligadas ao setor sucroalcooleiro.

A pesquisa bibliográfica conforme colocado por Gil (2002) é aquela desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Ainda sobre pesquisa bibliográfica Lakatos e Marconi (1991) ressaltam que se trata do estudo realizado com documentos ou fontes secundarias, abrangendo toda bibliografia pública em relação ao tema abordado, através de publicações avulsas, jornais, revistas, internet, dentre outros.

Sobre pesquisa documental Gil (2002) coloca que essa é muito parecida com a bibliográfica, porem existe diferença quanto a natureza das fontes, pois esta forma vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa.

Nesse contexto se fez necessário traçar um plano de pesquisa que envolveu dentre as principais etapas, a coleta e a analises de dados, para que se conseguissem resultados satisfatórios.

3 Referencial Teórico

Para melhor compreensão do estudo faz-se necessário discorrer sobre a Responsabilidade Social e seus principais aspectos, assim como sobre o Setor Sucroalcooleiro, com a caracterização da agroindústria canavieira.

3.1 A Responsabilidade Social

Responsabilidade social é a responsabilidade que uma empresa possui com a sociedade em que está inserida, dentre outras está à responsabilidade ambiental, isto é, a empresa preocupa-se com os danos e problemas que sua produção possa causar ao meio ambiente e a sociedade e o que fazer para diminuí-los.

Segundo o Instituto de Responsabilidade Social - IRES e a Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil - ADBV (2003, p. 5), a responsabilidade social “é a forma ética e responsável que a empresa adota para desenvolver todas as suas ações, suas políticas, suas práticas, suas atitudes, tanto com a comunidade quanto com o seu corpo funcional”.

Donaire (1999, p. 21) definiu a responsabilidade social como um “conceito ético que envolve mudanças nas condições de bem-estar e está ligada às dimensões sociais das atividades produtivas e suas ligações com a qualidade de vida na sociedade”.

Oliveira (2002, p. 205), define a Responsabilidade social como: “o objetivo social da empresa somado a sua atuação econômica. É a inserção da organização na sociedade como agente social e não somente econômico (...) é ser uma empresa cidadã que se preocupa com a qualidade de vida do homem na sua totalidade”.

Nos dias atuais uma das grandes preocupações das empresas são as questões socioambientais, pois há uma necessidade de minimizar os problemas sociais e ambientais, oferecendo assim uma melhor qualidade de vida para as pessoas. Deste modo passa a ser importante a elaboração de demonstrativos contábeis que informem as práticas de responsabilidade social adotada pelas empresas.

A contabilidade é o elo entre todas as empresas e a comunidade de modo geral, portanto não pode ignorar os problemas ambientais, que são cada vez maiores e mais importantes. A contabilidade ajuda as empresas a controlar a variável ambiental, tanto na parte legislativa quanto na preservação ambiental.

A Contabilidade Ambiental surgiu na década de 70, quando as empresas passaram a se preocupar mais com as questões ambientais no intuito de auxiliar os gestores a compreenderem as demonstrações contábeis referentes aos gastos com o controle ambiental.

Nesse contexto Ferreira (2003), conceitua a contabilidade ambiental como um conjunto de informações que relatem adequadamente, em termos econômicos, as ações de uma entidade que modifiquem seu patrimônio.

Para Ribeiro (1992, p.56):

“A contabilidade, enquanto instrumento de comunicação entre empresas e sociedades, poderá estar inserida na causa ambiental. A avaliação patrimonial, considerando os riscos e benefícios ambientais inerentes às peculiaridades de cada atividade econômica, bem como sua localização, poderá conscientizar os diversos segmentos de usuários das demonstrações contábeis sobre a conduta administrativa e operacional da empresa, no que tange o empenho da empresa sobre a questão.”
Ribeiro (1992, p.56)

Segundo Epelbaum (1997, p. 235):

“Pode-se expressar sucintamente o comprometimento com o meio ambiente como sendo a contínua intencionalidade e prática em considerar a proteção ambiental nas decisões gerenciais e operacionais cotidianas. Tal noção de comprometimento, para ser considerada abrangente dentro das organizações, deve ser adotada por todos os seus níveis e funções, desde a alta administração até o nível operacional.” Epelbaum (1997, p. 235)

A contabilidade ambiental contribui no melhoramento de desempenho ambiental e econômico da organização no que tange a relação custo-benefício, funcionando como importante ferramenta de gestão, o que possibilita identificar os custos ambientais que por ventura permanecem ocultos nos custos gerais, podendo dessa forma ajudar na redução ou eliminação dos mesmos.

Facilitando deste modo as decisões relativas às atitudes ambientais da empresa, podendo oferecer informações mais concretas aos usuários internos e externos das modificações que ocorreram no patrimônio da empresa.

A contabilidade ambiental encontra alguns problemas na hora de ser aplicada, a principal delas é a dificuldade em classificar e avaliar contabilmente as informações de natureza ambiental, e de separá-las das demais informações gerais da empresa.

Segundo Bergamini Júnior (1999, p.4), outros fatores que dificultam a aplicabilidade da contabilidade ambiental são entre outros, a ausência de definição clara de custos ambientais, dificuldade em calcular um passivo ambiental efetivo, e em determinar a existência de obrigações no futuro decorrentes de gastos anteriores.

Para facilitar à elaboração de relatórios contábeis na área ambiental, e o entendimento dos mesmos, deve se incluir no plano de contas da organização as contas referentes aos eventos ambientais. (TINOCO;KRAEMER, 2004).

Diante desses aspectos a contabilidade assumiu a responsabilidade de mensurar também os custos ambientais das entidades. De acordo com Carvalho et al. (2000, p. 15) “os custos ambientais compreendem todos aqueles gastos relacionados direta ou indiretamente com a proteção do meio ambiente e que serão ativados em função de sua vida útil”. Como exemplo de custos ambientais pode citar: depreciação, amortização, exaustão, tratamento de resíduos de produtos e de recuperação e restauração de áreas contaminadas, mão-de-obra utilizada nas atividades ambientais, entre outros.

Analisando também as despesas e as perdas ambientais. Segundo Ribeiro (2006), despesas ambientais são “todos os gastos envolvidos com o gerenciamento ambiental, consumidos no período e incorridos na área administrativa”. Já as perdas, de acordo com o autor citado acima, são “os gastos ambientais que não proporcionaram benefícios para a empresa”.

Somente analisar e evidenciar os custos ambientais não é suficiente para as entidades, e necessário fazer a gestão desses custos. Segundo Ribeiro (2006), a gestão ambiental “é um conjunto de rotinas e procedimentos que permite a organização administrar adequadamente as relações entre suas atividades e o meio ambiente em que elas se desenvolvem”.

Depois que os empresários passaram a analisar as questões ambientais, passaram a ter uma nova visão das empresas e perceberam que a interação do meio ambiente com a empresa é muito importante. De acordo com a análise de Ribeiro (1998), as empresas entenderam que os problemas causados pelos seus detritos industriais (águas, poluição, expansão dos negócios em detrimento de rios e florestas), a insatisfação e a repulsa da sociedade por seus produtos, obrigava-os a incorporarem aos seus objetivos o fator “meio ambiente”.

A gestão ambiental possibilita o acompanhamento dos custos ambientais, tanto para atender as exigências legais, como para atender os usuários internos das informações contábeis.

Nesse contexto de responsabilidade social analisamos a agroindústria canavieira no Brasil, a fim de verificar as práticas executadas pelas empresas desse setor.

3.2 Setor sucroalcooleiro: a agroindústria canavieira no Brasil

O trabalho com a terra é uma forma de sustentabilidade que vem desde os primórdios da humanidade. Desde os primitivos, em busca do sustento, a espécie humana já lidava com a terra, cultivando-a de forma a extrair alimento. Nos dias de hoje essa situação não é diferente, sendo necessário trabalhar a terra para garantir dela o sustento de todos.

A diferença entre os tempos passados e os atuais consiste na forma de manusear a terra, considerando-se que no início, a ferramenta que preparava o solo e tudo quanto se era necessário para um bom cultivo ou ainda para criação de animais era vindo da mão-de-obra humana, sem uso de máquinas, ao passo que hoje com a tecnologia além da mão-de-obra humana se usa máquinas que agilizam e facilitam o trabalho.

De forma bem genérica se pode colocar que o agronegócio trata sobre o conjunto de empresas que produzem insumos, indústria de processamento, distribuição e comércio nacional e internacional de produtos agropecuários que sofreram alguma forma de processamento.

Uma definição que pode ajudar a entender a atividade agropecuária é tratada por (BARROS, 1975), onde se coloca que agricultura é a artificialização pelo homem do meio natural com propósito de tornar apto o desenvolvimento de espécies vegetais e animais de forma melhorada.

Segundo dados do Ministério da Integração Nacional e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no Brasil, o agronegócio é responsável por cerca de um terço de tudo que se produz no país, representando ainda 33% do Produto Interno Bruto, 42% das exportações totais e ainda 37% dos empregos brasileiros, o que o torna um dos setores mais importante na economia brasileira, já que essa é tida como uma atividade próspera, segura e rentável.

O Brasil é hoje um dos líderes em exportação de diversos produtos agropecuários, destacando-se as exportações de café, açúcar, álcool e sucos de frutas, existindo ainda uma projeção que o leva a se tornar o principal pólo industrial na exportação de algodão e bicomustível, feito a partir de cana-de-açúcar e óleos vegetais.

Pertinente aos objetivos desse presente estudo é importante aqui ressaltar a necessidade de se conhecer um pouco sobre a cultura da cana-de-açúcar levando em consideração seu uso para produção de álcool e açúcar, evidenciando a importância do setor sucroalcooleiro na economia e ainda alguns pontos de cunho ambiental a serem considerados

com ênfase no custo de preservação ambiental e benefício de investimentos, no que tange a necessidade de atender a fiscalização e o bem estar social.

Da introdução do cultivo da cana-de-açúcar até os dias atuais, a cultura se manteve com uma forte representação na economia nacional, levando o Brasil a ser o maior produtor, chegando a possuir uma área plantada de cerca de 6,5 milhões de hectares (EMBRAPA, 2007). Essa grande produção faz do Brasil, conseqüentemente, o maior produtor de açúcar e álcool.

Esse desenvolvimento da cultura canavieira no Brasil se deve acontecimentos tanto no próprio território quanto em cenário mundial, já que cada vez mais se tem observado a substituição de combustíveis fósseis por renováveis devidos tanto ao aumento do preço do petróleo quanto a necessidade de reduzir a quantidade de poluentes, resultante da queima dos combustíveis fósseis, na atmosfera.

Conforme apresentado por Vian (1997), o setor sucroalcooleiro no Brasil possui certas características dos oligopólios concentrados, como a fabricação contínua de álcool e açúcar, elevada concentração de técnicas e altas economias de escala. Existe um elevado número de empresas pequenas e médias que juntas, controlam uma parcela significativa da produção do país

No processo de agroindustrialização canavieira em seu desenvolvimento passou por três fases distintas de acordo com o PROÁLCOOL (Programa Nacional de Álcool, iniciando-se em 1975 a 1979 que se caracteriza pelo crescimento moderado, onde prevalecia o modelo subvencionista como padrão de sobrevivência onde se destacava a produção do chamado álcool anidro, posteriormente no período de 1980 a 1985 se teve uma expansão acelerada onde se destacava a produção de álcool hidratado (combustível) e por fim eles consideram uma fase que vai de 1986 a 1995, caracterizada pela desaceleração e a crise do programa, na qual o setor passou por um período de desregulamentação estatal.

Nos últimos anos a situação do Brasil no que se refere a produção canavieira tem sofrido aumentos bem consideráveis, ainda mais com o surgimento do bicombustível, fazendo do Brasil pioneiro nas exportações, onde segundo dados apresentados pelo Jornal Folha de São Paulo (07/2008), foram produzidos 6,21 bilhões de litros de álcool e 6,47 milhões de toneladas de açúcar.

A preocupação com a saúde humana e os danos que são causados ao meio ambiente leva todo o mundo a preocupação com a emissão de gases poluente em especial o gás carbônico, emitido pela combustão da gasolina, esse fator leva a consideração do álcool como uma das melhores fontes de combustível, sendo cada vez mais um produto de interesse das nações que tem necessidade em reduzir a emissão de gases nocivos à saúde humana.

Nesse momento aqui então, vale considerar que a produção de álcool no Brasil derivado da produção do setor sucroalcooleiro é muito significativa, não apenas em consideração econômica, mas também em preservação do meio ambiente.

Verifica-se que o álcool é um combustível menos prejudicial ao meio ambiente, mas vale considerar a produção desse, levando a análise das empresas do setor de produção do álcool e sua preocupação com o meio ambiente e conseqüentemente o custo de investimentos em meios que ajudam a controlar a preservação ambiental, conquistando uma boa imagem social e além de tudo atendendo as normas exigidas pela legislação.

Assim, as empresas do setor canavieiro devem se preocupar com todos os fatores sociais, econômicos e ambientais, tomando medidas preventivas e corretivas em todo o processo produtivo de açúcar e álcool, ainda mais que empresas que preservam esses fatores são consideradas responsáveis e ganham muito no que se refere a imagem positiva no mercado no qual se inserem.

Essa preocupação ambiental teve início no século XX onde começou a surgir os primeiros acordos em relação ao meio ambiente. A partir dos anos 60 é que surgiram ONGs e grupos para pressionar governos e empresas a preservarem e recuperarem o meio ambiente. A primeira conferência internacional foi em 1972 realizada na Suécia tornando a partir daí uma preocupação global por meio da declaração de Estocolmo, onde se tratava da relação entre homem e natureza. Recentemente buscam a educar a todos em relação a esse grande problema. A educação ambiental tem por objetivo esclarecer sobre a situação do nosso planeta em relação à degradação do meio ambiente e as conseqüências trazidas por essa destruição e criar sentimentos que envolvam as pessoas e as façam mais participantes e responsáveis na luta contra toda essa destruição desenfreada e inconsequente, buscando novos aliados e soluções para os problemas.

A indústria do setor sucroalcooleiro no Brasil é responsável pela maior produção de energia renovável do mundo gerando assim renda e uma crescente participação na economia.

Com a substituição do petróleo por álcool combustível, deixam de lançar anualmente milhões de toneladas de carbono na atmosfera contribuindo para estabilização do clima.

A produção de álcool e açúcar apesar de liberar menos gás carbônico a atmosfera do que a exploração de petróleo pode resultar alguns danos ambientais causados por técnicas primitivas como é no sistema agrícola primitivo onde ainda queimam as palhas da cana empobrecendo assim o solo, causando danos a saúde das pessoas devido a fumaça liberada, contribuindo com o aquecimento global e a existência de um grande desmatamento. No sistema de produção altamente intensificada também introduz no meio ambiente, novos elementos e produtos poluentes.

Não podemos esquecer a necessidade de conciliar o objetivo econômico com as questões socioambientais explorando os recursos naturais de forma racional e com responsabilidade não ultrapassando as obrigações impostas pela legislação ambiental.

No sistema agroindustrial da cana-de-açúcar a legislação coloca medidas para gerenciamento sem agressão ao meio ambiente entre elas pode-se mencionar a Lei 4.771 de 15 de setembro de 1965 que institui o Código Florestal artigo 16 onde consta que as florestas e outras formas de vegetação nativa, exceto as de preservação permanente e as não sujeitas a regime de utilização limitada ou de objeto de legislação específica devem manter a título de reserva legal no mínimo vinte por cento na propriedade rural, localizada em qualquer região do País. Respeitando o limite de desmatamento pode-se receber modificações e alterações o que diz respeito à preservação permanente veja o quadro:

Quadro 01 - Áreas de preservação permanente

Área	Largura mínima	Descrição
Ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal	30 (trinta) metros	Para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
	50 (cinquenta) metros	Para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
	100 (cem) metros	Para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
	200 (duzentos) metros	Para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
	500 (quinhentos) metros	Para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;
Nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água"	50 (cinquenta) metros	Qualquer que seja a sua situação topográfica;
Nas bordas dos tabuleiros ou	Em faixa nunca inferior a 100	Em projeções horizontais

chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo.	(cem) metros	
Em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros	Qualquer que seja a vegetação	

Fonte: Adaptado de Brasil (1989)

A preocupação não se limita apenas na conservação das áreas de floresta, mas também com as grandes queimadas que além de liberar grande quantidade de gás carbônico danifica o solo, por isso foram implantadas algumas medidas urgentes sobre a queima da cana de açúcar, estando assim proibido em seis anos mesmo de forma controlada. A partir deste ano no Estado de Minas Gerais as usinas que forem implantadas em áreas com pouco declive (inferior a 12%) deverão ter no mínimo 80% da colheita mecanizada. No máximo até 2014 a mecanização deverá estar concluída em todas as usinas do Estado. Esse tempo foi estabelecido para que as usinas possam fazer as adaptações de suas estruturas.

Outro problema que atinge o meio ambiente é o vinhoto, resíduo decorrente da industrialização da cana de açúcar e o lodo retirado das lagoas de tratamento dos fluentes são depositados no solo como fertilizantes, apesar de possuírem grande teor tóxico, dentre outros produtos químicos que são utilizados que contaminam o solo e muitas vezes chegam aos lençóis freáticos e aos cursos de água.

A colheita manual não só prejudica o meio ambiente, mas também provoca um grande impacto social atraindo uma população migratória onde criam demandas para o Município em diversas áreas como saúde, educação, transporte público e habitação, trazendo graves problemas sociais.

Entre as medidas de preservação relacionadas a Responsabilidade Social entra em vigor efetivamente no ano de 1997 no Japão, o Protocolo de Kioto, que leva a possibilidade de o carbono se tornar moeda de troca, levando muitos países a investirem em projetos que tragam redução de emissões ou absorção de gases que levam ao efeito estufa.

Essa preocupação em diminuir os danos causados ao meio ambiente, leva ao consumo cada vez maior de combustíveis biodegradáveis, levando ao aumento da produção canavieira. No Brasil, considera-se que caso se consiga aumentar a produção do álcool até o ano de 2015, se deixará de emitir na atmosfera 30 milhões de toneladas de dióxido de carbono por ano.

Não basta apenas se preocupar com a produção de combustíveis fósseis é necessário analisar o processo produtivo desse, onde se precisa enquadrar as empresas de transformação canavieira para conseguirem uma produção mais limpa e responsável com o meio ambiente, que por consequência leva a investimentos que serão analisados pela contabilidade ambiental.

3.3 Contabilidade Ambiental no Setor Sucroalcooleiro

O grande diferencial do setor Sucroalcooleiro no Brasil, em relação aos demais países é o custo de produção, pois utiliza-se uma matéria-prima eficiente e de produtividade alta, portanto a gestão de custos é de grande relevância para estas organizações.

A contabilidade de custos é uma ferramenta importante de gestão, pois identifica alternativas para as diversas situações enfrentadas.

As empresas que provocam danos ao ambiente em detrimento de suas atividades, serviços ou produtos, são obrigadas a repará-los e corre o risco de serem penalizadas nas esferas administrativa, cível e criminal. Isso torna a Gestão ambiental, ainda mais importante, pois ajuda a controlar as atividades da empresa para impedir esses danos ambientais e seus respectivos custos.

E além dos custos, outro fator importante são os financiamentos das operações da empresa, por instituições públicas ou privadas, que se torna mais difícil de ocorrer, caso a empresa seja responsável por um dano ambiental.

A cada dia que se passa a Gestão Ambiental, em conjunto com a contabilidade ambiental, se torna mais importante, para as empresas do setor sucroalcooleiro.

4 Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo verificar a responsabilidade social visto as exigências governamentais em relação à preservação do meio ambiente nas atividades do setor Sucroalcooleiro, evidenciando através da metodologia utilizada a interdisciplinaridade de conceitos teóricos levando-os a aplicabilidade no ambiente organizacional das empresas sucroalcooleiras.

Com o passar do tempo as empresas passaram a se preocupar mais com as questões ambientais, que de maneira direta ou indireta influencia no ambiente organizacional, já que a sociedade está cada vez mais preocupada com a preservação do meio ambiente, nesse contexto de preservação surge a Responsabilidade Social que envolve conhecer as preferências e prioridades sociais em busca de atender todas as expectativas de uma organização tais como o abastecimento, a parte dos Recursos Humanos e a preservação do Meio Ambiente.

Juntamente com a preocupação das empresas no que se refere ao meio ambiente surgiu a contabilidade ambiental que tem por finalidade a identificação, mensuração e explicação dos eventos e transações econômico-sociais relacionadas a produção, preservação e recuperação ambiental, sempre buscando evidenciar a verdadeiro patrimônio da empresa.

Deste modo a gestão ambiental possibilita o acompanhamento dos custos ambientais, visando esclarecer essas informações tanto para os usuários externos e internos, assim como para atender as exigências legais do setor em análise.

Com isso, pode se concluir que a responsabilidade social e a contabilidade ambiental, se tornam cada vez mais importantes para uma empresa. Onde as questões ambientais devem ser tratadas com muita cautela nas organizações de modo que se tenha uma evidenciação mais correta dos custos incorridos nas atividades ambientais, separando os da atividade operacional da empresa.

5 Referências

- Açúcar e Alcool no Brasil.** Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br>.> Acesso em junho de 2011.
- BARROS, H. **Os grandes sistemas de organização da economia agrícola.** 1ª edição. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1975.
- BERGAMINI JÚNIOR, S. **Contabilidade e riscos ambientais.** Revista do BNDES, Rio de Janeiro: v.6, n.11, junho de 1999.
- DE LUCA, M. M. M. **Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB.** São Paulo: Atlas, 1998.
- DONAIRE, D. **Gestão Ambiental na Empresa.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999
- EPELBAUM, M. **Sistemas de Gestão Ambiental ISO 14000: mudando a postura reativa.** In Anais IV Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, São Paulo, nov. 1997.
- FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade ambiental.** São Paulo: Atlas; 2003.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 1991.
- MAANEN, J. V. **Reclaiming qualitative methods for organizational research: a preface,** In Administrative Science Quarterly, vol. 24. n.4, December 1979.

RES. IV Pesquisa Nacional sobre Responsabilidade Social nas Empresas. Instituto de Responsabilidade Social; ADBV, Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil. São Paulo, 2003.

GOLDEMBERG, J., MEIRA FILHO, L. G. **O Globo On Line Protocolo de Kyoto.** O Estado de São Paulo, 1997.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade e Meio Ambiente.** Dissertação (mestrado), Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo FEA/USP, 1992.

[RIBEIRO, M. S. **Contabilidade Ambiental.** São Paulo: Saraiva. 2006.](#)

RIBEIRO, M. S. **Custeio das atividades de natureza ambiental.** 1998. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental.** São Paulo: Atlas, 2004.

VIAN, C. E. F. **Expansão e diversificação do Complexo agroindustrial sucroalcooleiro no Centro-Sul do Brasil: 1980-1996.** Dissertação de Mestrado, Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia/UFSCar, São Carlos 1997.